

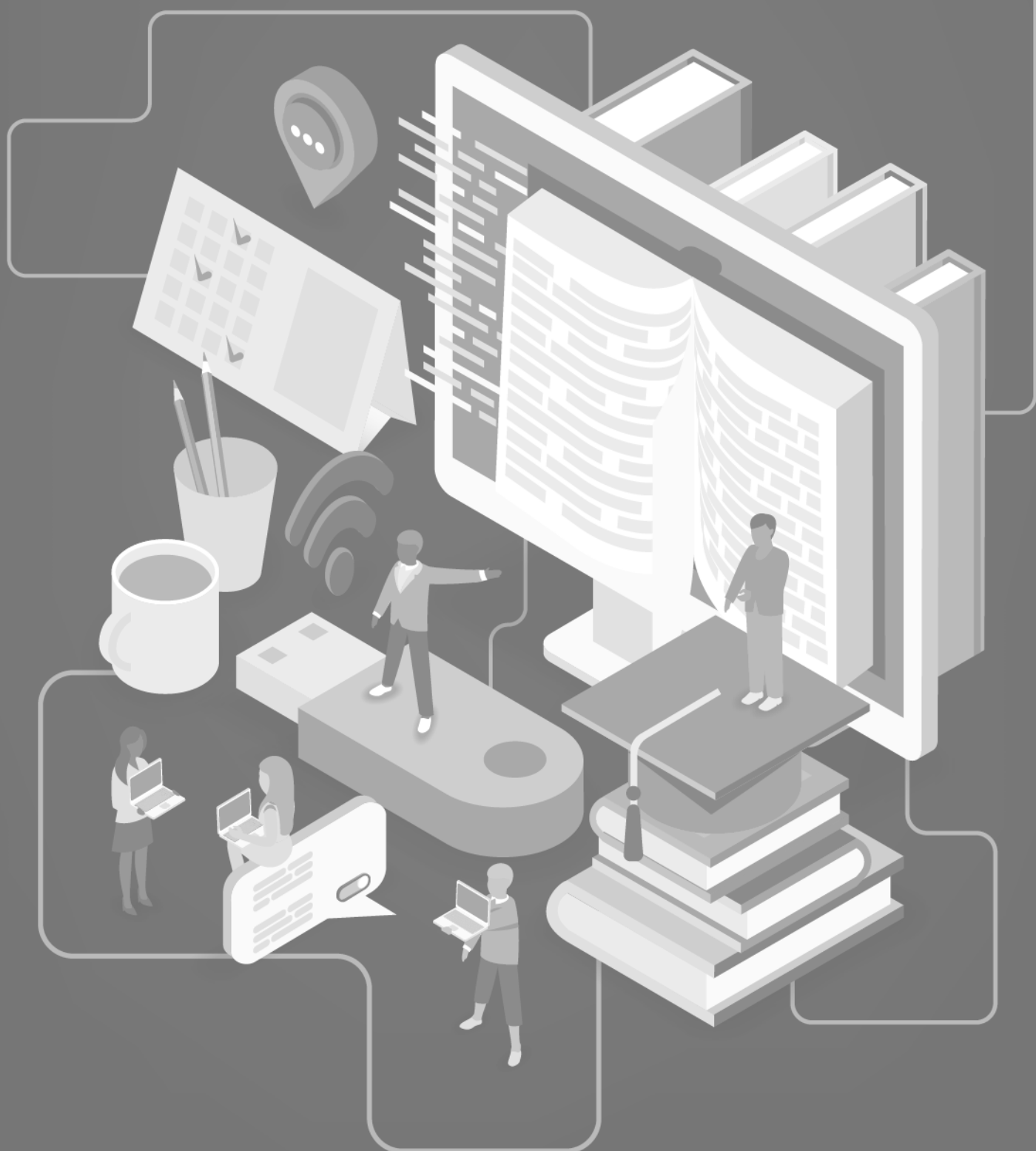
EDUCAÇÃO EM FOCO

A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR ACERCA DA OFERTA NO BRASIL



EDUCAÇÃO EM FOCO

A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR ACERCA DA OFERTA NO BRASIL





ABRAFI - Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades
SHN, Quadra 01, Bl. F, Entrada "A", Conj. "A",
Ed. Vision Work & Life, 6º andar sala 603
Brasília - DF CEP: 70.701-060
secretariaexecutiva@abrafi.org.br

Presidente:

Paulo Cesar Chanan Silva

Vice-Presidente:

José Lima de Carvalho Rocha

Diretora Técnica Acadêmica:

Iara de Moraes Xavier Braga

Diretor Técnico Operacional:

Adalberto Capanema

Diretor Técnico de Relacionamento:

Edgard Larry Andrade Soares

Assessor Jurídico:

Daniel Cavalcante Silva



Universidade de Guarulhos
Praça Tereza Cristina, 88 - Centro,
Guarulhos - SP, CEP: 07023-070
Tel.: 0800 281 9996

Reitor:

Yuri Neiman

Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão:

Márcio Magera Conceição

Grupo de Pesquisa Organizador da UNG:

Dr. Fabrício B. Dalmas

Dra. Francislene A. Hasmann

Dr. Hélio Doyle

Dr. João Osti

Dr. Márcio M. Conceição

Dra. Meline R. K. Rodrigues

Msc. Paulo C. Chanan Silva

Dra. Patrícia Bulbovas

Dr. Ricardo Costa

Colaboradores:

Everson Anderson S. Lima

Kátia Cristina C. Porto

Edição:

AF2 Comunicação / Ana Flávia Flôres

Projeto Gráfico e Diagramação:

Gherald George

1ª edição
E-book (2024)

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

E24e Educação em Foco: A percepção dos estudantes do Ensino Superior acerca da oferta no Brasil. (Recurso Eletrônico) / Fabrício B. Dalmas; Francislene A. Hasmann; Hélio Doyle, [et.al]. Jundiaí/SP: RECIMA21, 2024.

v.1, 43 p.; 4.576 kb; PDF

ISBN: 978-65-998033-3-8

1. Educação 2. Ensino Superior no Brasil 3. Diagnóstico 4. Desafio do EAD 5. Gestão da Educação 6. Análise de Dados I. ABRAFI II. RECIMA21, III. TÍTULO

CDD: 378




Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
1.1. Organização e Evolução do Ensino Superior	6
1.2. Desafios Contemporâneos para IES e Gestores.....	10
1.3. Desafios para os Estudantes	11
1.4. Mapeamento de cenário.....	12
2. MATERIAL E MÉTODOS	13
2.1. Local e tipo de estudo	14
2.2. Amostra.....	14
2.3. Instrumentos.....	14
2.3.1. Questionário de caracterização	14
2.3.2. Questionário para identificar o impacto da educação à distância na expansão do ensino superior	15
2.4. Procedimentos da coleta de dados.....	15
2.4.1. Aspectos éticos	15
2.5. Análise dos dados	15
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
3.1. Diagnóstico dos entrevistados	17
3.2. Desafios da EAD no Ensino Superior	31
3.3. Perfil do Discente de EAD	34
3.4. Tendências e sugestões futuras para o ensino superior.....	35
4. CONCLUSÕES	37
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

1. Introdução





A história da educação superior no Brasil começa a partir de 1808 quando, por meio de um decreto, D. João VI, em 18 de fevereiro de 1808, criou o Curso Médico de Cirurgia na Bahia. Em 2 de abril do mesmo ano foi instituída, no Hospital Militar do Rio de Janeiro, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica. Outros atos régios foram sancionados para a instalação, no Rio de Janeiro e na Bahia, de dois centros médico-cirúrgicos que originaram as atuais Faculdades de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA)¹. No entanto, o sistema de ensino superior no Brasil moderno foi moldado principalmente no século XX, com a expansão das universidades públicas e privadas em todo o país¹.

O ensino superior no Brasil passou por inúmeras mudanças ao longo dos anos, resultado de transformações econômicas e demográficas, avanços tecnológicos, mudanças nas políticas educacionais e também dos novos hábitos surgidos durante a pandemia de covid-19, em especial nos dois primeiros anos. No último levantamento disponível, referente ao ano de 2022, o país contava com um número expressivo de instituições de ensino superior, entre universidades, centros universitários e faculdades. De acordo com dados do Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), eram mais de 2.500 instituições de ensino superior e quase 9 milhões de alunos matriculados².

A educação superior no Brasil reflete uma realidade dinâmica, com números expressivos, mas desafios significativos. O entendimento dessa realidade é crucial para a busca da qualidade da educação e a promoção da inclusão no ensino superior.

1.1. Organização e Evolução do Ensino Superior

No Brasil, o acesso à educação superior é realizado posteriormente à conclusão do ensino médio, dando ao aluno a formação em uma determinada área e permitindo a ele o desempenho de uma profissão. Aqui, a educação superior é composta de cursos sequenciais (praticamente extintos), de graduação, de pós-graduação - que por sua vez é constituída das modalidades *lato sensu* (especialização) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado) -, e por cursos de extensão (cujos requisitos para os candidatos são estabeleci-

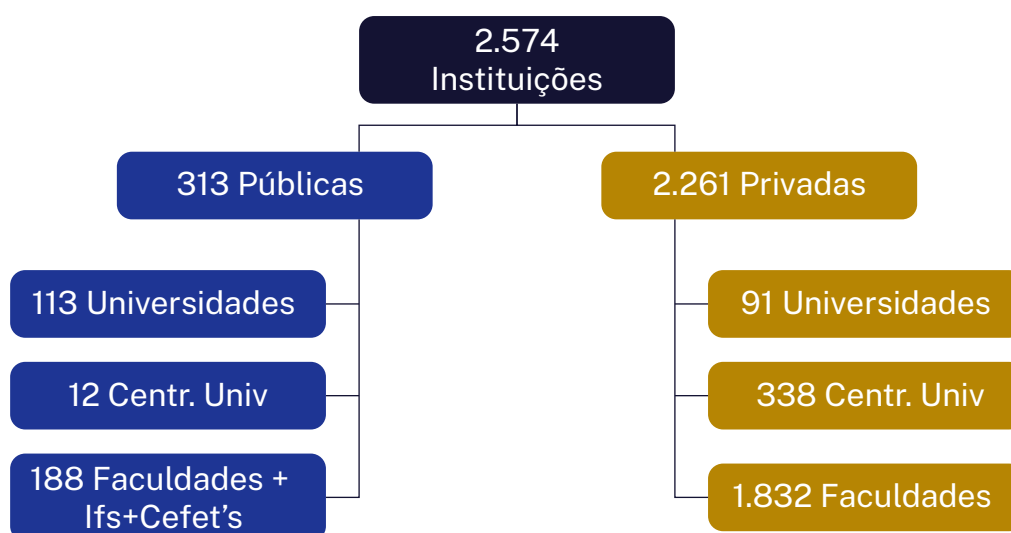
dos em cada caso pelas instituições). A graduação no Brasil está dividida nos seguintes graus acadêmicos: bacharelado, licenciatura e tecnólogo^{3,4}.

A duração e a carga horária dos cursos são estabelecidas em resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE)^{5,6} e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia⁷.

Como característica do sistema de ensino superior brasileiro, pode-se citar a diversidade de instituições, incluindo públicas e privadas, que vão desde a organização administrativa de faculdade, passando por centro universitário até universidade.

Atualmente, o número de instituições privadas é maior do que o de instituições públicas. Porém, a organização acadêmica ‘universidade’ prevalece entre as instituições públicas⁸ (Figura 1).

Figura 1. Distribuição das instituições de educação superior por organização administrativa



Fonte: Inep/MEC, 2023

À luz da legislação educacional vigente, há apenas duas modalidades de ensino: presencial e à distância (EAD), conforme evidencia o art. 1º do [Decreto nº 9.235](#), de 2017. Adicionalmente, não é permitida a criação de uma nova ou a combinação entre as modalidades, como semipresencial, flex e similares.

A infração ao disposto na legislação pode ser enquadrada como oferta em desconformidade com os atos autorizativos da IES e em desconformidade com a legislação educacional, nos termos dos incisos II e X do art. 72 do Decreto nº 9.235, de 2017. Como consequência, a IES pode ser submetida a processo preparatório para fins de supervisão.

Desta forma, é necessário esclarecer que outras denominações são metodologias ou denominações comerciais de formas de oferta, como é o caso do denominado popular-

mente *modelo híbrido de ensino*. Utilizou-se no presente esta denominação para ilustrar a modalidade presencial com percentual de atividades na forma à distância ou o contrário, sempre atento aos percentuais previstos na legislação²⁵.

O ensino superior tem mantido uma trajetória crescente em número de matrículas, passando de cerca de 6,7 milhões, em 2011, para 8,9 milhões de alunos matriculados em 2021, crescendo a uma taxa média de, aproximadamente, 230 mil novos alunos anualmente⁸.

No ensino presencial, a evolução das matrículas tem uma trajetória complexa que reflete as transformações socioeconômicas, políticas, educacionais e até sanitárias ao longo da sua existência. Pode-se citar o início do processo no período colonial até o império onde, durante o período colonial, a educação no Brasil estava centralizada nas mãos da Igreja Católica, com a criação de escolas e seminários. No século XIX, com a independência, surgiram as primeiras instituições de ensino superior no modelo europeu, com acesso restrito e elitizado¹⁰.

Posteriormente, a partir da década de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde (MES), houve um movimento de expansão do ensino superior com a criação de universidades estaduais e federais. Esse período também foi marcado pela influência do pensamento educacional de Anísio Teixeira e pela criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934. Nos anos 1980, houve um movimento de reorganização do sistema, com a criação de novas universidades, especialmente privadas, e a implementação de políticas de inclusão^{10,11}.

A década de 1990 testemunhou uma expansão significativa do ensino superior, impulsionada por programas de financiamento estudantil para ingressantes em instituições privadas. Em 2004, foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) com o objetivo de avaliar e garantir a qualidade do ensino superior. O sistema inclui indicadores como desempenho dos estudantes, corpo docente, infraestrutura e gestão institucional¹².

A evolução do ensino superior privado é uma parte crucial da história da educação no Brasil, apresentando desafios e transformações significativas ao longo das décadas. A expansão do setor trouxe consigo mudanças na dinâmica do ensino superior no país, influenciando o acesso e a diversidade de cursos oferecidos^{10,11}.

Esse crescimento teve suas raízes nas décadas de 1960 e 1970, período em que o setor público não conseguia atender à crescente demanda por vagas. Nesse contexto, o setor privado começou a ganhar destaque, aumentando a oferta de cursos e possibilitando o acesso de um maior número de estudantes ao ensino superior¹¹.

Alguns autores consideram que a modalidade à distância, no Brasil, teve início com as ações do Instituto Rádio Monitor (1929) e do Instituto Universal Brasileiro (1941). Ofi-

cialmente, a modalidade foi normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ([Lei n.º 9394](#), de 20 de dezembro de 1996) e, posteriormente, regulamentada pelo [Decreto n.º 5.622](#), publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 20 de dezembro de 2005, e todo o arcabouço legal e infralegal que se seguiu.

As primeiras articulações do ensino superior no que se refere à implementação da educação à distância são datadas do ano 2000 com a criação da Universidade Virtual Pública do Brasil e, mais tarde, no âmbito público, em 2006, com a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Apesar da regulamentação da oferta da modalidade ter se intensificado no final dos anos 1990 e início dos anos 2000¹³, a legislação da educação à distância tem se caracterizado por sua revisitação frequente. Mas, apesar dos percalços legais, a educação à distância tem crescido, tornando o ensino superior mais acessível em todo o país¹⁴.

A EAD é uma modalidade de ensino que tem ganhado relevância e popularidade em todo o mundo. Ela envolve a entrega de conteúdo acadêmico e instrução por meio de tecnologias de comunicação, permitindo que os alunos estudem de forma remota, muitas vezes em horários flexíveis^{14,15}.

Mesmo que se considere os efeitos da pandemia; as dificuldades econômicas enfrentadas pelo Brasil nos últimos anos; as elevadas taxas de desemprego; e outros fatores que tenham incentivado a procura pela modalidade à distância, é inequívoco seu crescimento expressivo, chegando a 274% entre 2011 e 2021⁸.

Apesar de, atualmente, as IES promoveram uma intensa disputa entre as modalidades presencial e à distância, ambas consistem em possibilidades complementares e não antagônicas, que apresentam indicações e contra-indicações específicas, cuja qualidade do ensino está intrinsecamente vinculada às instituições (qualidade dos cursos, corpo docente e recursos de infraestrutura) e aos discentes, e não à utilização de novas tecnologias de educação. Portanto, a eficácia está vinculada à qualidade formativa. Já a interatividade, no interesse e esforço pessoal, seja o curso presencial ou à distância. Por esta razão, é necessário que se identifique as características de cada modalidade e a sua usabilidade, em função dos benefícios de cada uma¹⁶.

Referente aos benefícios, o ensino superior presencial oferece a “transmissão” de conhecimentos de forma síncrona e direta, contribuindo para o desenvolvimento pessoal, social e profissional dos estudantes. Além disso, a quantidade de distrações é consideravelmente menor, auxiliando na manutenção da concentração e da disciplina. O ambiente presencial proporciona uma oportunidade única para a interação social entre estudantes, professores e profissionais, ou seja, possibilidade de desenvolvimento do *networking*, indispensável para construção de uma carreira de sucesso. O convívio direto com colegas e professores no ambiente presencial contribui, ainda, para o desenvolvimento de habilidades sociais, como trabalho em equipe, comunicação efetiva e resolução de conflitos¹⁶.

A experiência prática e vivencial é enfatizada como um benefício do ensino superior presencial, visto que permite ao estudante utilizar, de forma mais ativa e constante, a infraestrutura da IES. Acredita-se que esta modalidade contribua para a construção da identidade acadêmica e profissional dos estudantes. A participação em atividades extracurriculares, eventos acadêmicos e a interação com profissionais do campo também fortalecerá essa construção¹⁶.

No caso da educação à distância, a primeira e principal característica positiva da modalidade é a flexibilidade, que a torna acessível aos estudantes que tenham limitações de horários. Acredita-se que o aluno da EAD, para a integralização do curso com sucesso, precise ter ou desenvolver habilidades como iniciativa, proatividade, gestão do tempo, entre outras características buscadas pelo mercado de trabalho.

Os defensores da modalidade acreditam que ela desempenhe um papel fundamental na democratização da educação superior, tornando-a mais acessível e flexível¹⁷.

1.2. Desafios Contemporâneos para IES e Gestores

O ensino superior no Brasil, tanto público quanto privado, presencial ou à distância, enfrenta diversos desafios que impactam a qualidade, a equidade e a efetividade do processo educacional. Tratam-se de desafios multifacetados que abrangem desde questões estruturais até aspectos relacionados à gestão e à adaptação às demandas contemporâneas¹⁸.

A necessidade de fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão é um desafio crucial. A promoção de uma cultura acadêmica que incentive a pesquisa precocemente, quando o aluno ingressa no ensino superior, é essencial para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Outro desafio consiste na promoção e na garantia da inclusão e da diversidade no ensino superior. Nesse sentido, a necessidade de criar ambientes mais inclusivos, que atendam a estudantes de diferentes origens socioeconômicas, deve, portanto, ser assumida como prioridade¹⁸.

Em relação à melhoria da educação superior, há que se considerar, ainda, a formação adequada do corpo docente e tutorial, bem como o incentivo à adoção de práticas pedagógicas inovadoras. A capacitação constante dos professores é crucial para promover uma experiência de aprendizagem mais eficaz¹⁶.

Com o avanço da globalização, as instituições de ensino superior passaram também a buscar a internacionalização, estabelecendo parcerias com instituições estrangeiras e promovendo a mobilidade acadêmica. Porém, barreiras econômicas e de conhecimento de línguas estrangeiras vêm restringindo esse viés de desenvolvimento.

A incorporação de tecnologias educacionais e o atendimento às demandas de uma geração cada vez mais ciente de seus anseios são outros desafios para as instituições de

educação superior. Porém, o uso de tecnologias, apesar de reconhecidamente necessário e aclamado midiaticamente, ainda está pouco presente no dia a dia dos estudantes, que seguem sujeitos ao modelo “fala que eu te escuto” na maioria das IES¹⁶. O uso, de fato, de recursos de tecnologia, aliado à promoção de experiências significativas aos alunos, fará com que estes fiquem mais engajados e vinculados aos espaços e projetos da IES, fazendo com que sintam que aquele lugar tem relevância e importância para transformar suas vidas pessoais e profissionais¹⁹.

Adicionalmente, para todos os cursos, de todas os graus e modalidades, talvez o binômio mais desafiador a se vencer seja o da relevância da formação e a empregabilidade. As IES e seus cursos precisam objetivar que a formação ofertada garanta ou amplie as chances de inserção do egresso no mercado de trabalho, considerando-se os padrões de qualificação exigidos e em frequente mudança²⁰.

1.3 Desafios para os Estudantes

É importante reconhecer que os desafios não são concernentes somente às IES. O discente do ensino superior também tem inúmeras adversidades para superar. Entre elas, pode-se destacar a escolha de um curso alinhado com as necessidades do mercado profissional; a observação da qualidade do curso, para que a escolha não recaia em uma formação precária; e a escolha da modalidade que mais se adeque ao seu perfil pessoal.

No caso da educação à distância, alguns desses obstáculos são pessoais, como a necessidade de autodisciplina, pois a EAD exige que os estudantes sejam responsáveis por seu próprio aprendizado, o que pode ser desafiador para algumas pessoas. O isolamento pode ser citado como outra barreira, visto que alunos da modalidade podem se sentir isolados, uma vez que não têm contato presencial com professores, tutores e colegas. A interação social, que é uma parte importante da experiência educacional, pode ficar comprometida. Pode-se citar, ainda, dificuldades com o uso de tecnologia e conectividade, pois a obtenção do acesso confiável à internet e à tecnologia adequada são fundamentais para o sucesso na EAD. Isso pode ser um desafio para pessoas com menor conhecimento sobre o uso de tecnologias ou em áreas rurais ou regiões com infraestrutura de TI precária²¹.

No entanto, é importante considerar que há desafios prementes para a modalidade à distância, tais como a elevadíssima taxa de evasão, a garantia da qualidade do ensino e a conectividade. Superar esses obstáculos é essencial para que essa modalidade continue a evoluir e a atender aos aspectos regulatórios, às necessidades dos alunos e do mercado de trabalho.

A evasão, aliás, é um dos maiores problemas do ensino superior brasileiro. Enquanto, de um lado, gera para os alunos perdas imensuráveis de aprendizado e para a vida em geral, de outro, para as IES, gera perda de renda. Em 2021, o percentual de alunos que

evadiram na EAD foi de 53,09%, gerando o que foi conceituado como “perda do esforço de captação”, elevando os custos por aluno atraído ou captado⁸.

A modalidade presencial também enfrenta grandes desafios. A necessidade de garantia e ampliação do acesso talvez seja sua principal questão. Apesar de os valores das mensalidades, tanto do presencial quanto da EAD, estarem em queda, na educação à distância há uma preocupação adicional, visto que tais valores são, em média, muito menores do que os verificados no presencial⁸.

Dessa forma, os valores mais elevados das mensalidades dos cursos presenciais, aliados à baixa disponibilidade de financiamento estudantil governamental (Fies), têm ampliado a busca pela EAD e se tornado um dos principais desafios para os cursos presenciais.

Como tendência para o ensino superior contemporâneo, agregando o melhor das duas modalidades, muitas instituições estão adotando “modelos híbridos de aprendizado” (sem que se confunda com modalidade que, como apresentado, não há uma terceira no Brasil), combinando elementos da educação à distância com aulas presenciais para oferecer uma experiência educacional mais rica^{21,22}.

1.4 Mapeamento de cenário

Inúmeros esforços têm sido conduzidos no sentido de entender as demandas e necessidades do ensino superior no Brasil. Neste sentido, importante trabalho é desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que é o órgão responsável pela realização anual do Censo da Educação Superior, cuja última edição contempla dados de 2022.

O Censo reflete o panorama sobre as instituições de educação superior e seus cursos, bem como sobre seus alunos e docentes. Deste modo, tem por objetivo coletar e divulgar informações estatísticas confiáveis que permitam conhecer e acompanhar o sistema brasileiro de educação superior²³.

A prática da pesquisa anual resulta no fornecimento de informações estatísticas para as atividades de acompanhamento e avaliação, programas de expansão e de melhoria da qualidade desse nível de ensino.

De forma a corroborar com os esforços do Ministério da Educação (MEC) na obtenção de dados confiáveis e que forneçam o panorama acerca do ensino superior e suas tendências para o futuro próximo, o presente estudo objetivou identificar as percepções e expectativas de discentes, regularmente matriculados na educação superior, sobre as modalidades de ensino existentes (presencial e à distância). Para isso, foram empregadas métricas confiáveis, buscando compreender a evolução das necessidades, anseios e comportamento dos discentes.

2. Material e Métodos



2.1. Local e tipo de estudo

A pesquisa foi conduzida de forma transversal, em abordagem quantitativa, de caráter exploratório e descritivo. Realizada no período de julho a agosto de 2023, ouviu discentes regularmente matriculados em instituições de ensino superior localizadas nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal. Não se utilizou um local físico para desenvolvimento do estudo, visto que sua realização se deu por meio remoto/internet para alcançar maior número e diversidade de participantes.

2.2. Amostra

Participaram da presente pesquisa discentes regularmente matriculados em cursos regulares de instituições de ensino superior credenciadas pelo MEC.

O cálculo amostral foi baseado no número de itens dos instrumentos utilizados para a coleta de dados. Assim, foi estabelecido o número amostral de acordo com a recomendação de se ter, em média, oito sujeitos por item do instrumento utilizado para a coleta²⁴.

No total, 33 (trinta e três) itens foram avaliados. Sendo assim, foi estabelecido o número mínimo de 297 (duzentos e noventa e sete) respondentes. Para que este número fosse alcançado, foi utilizada a estratégia de amostragem não-probabilística por conveniência.

2.3. Instrumentos

2.3.1. Questionário de caracterização

Com intuito de identificar o perfil sociodemográfico dos participantes, foram abordadas as seguintes questões: gênero; idade; renda mensal domiciliar; trabalho atual; estado civil; tipo de escola cursada nos ensinos fundamental, médio e superior; estado de residência; participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); e se já possuía alguma graduação completa.

2.3.2. Questionário para identificar o impacto da educação à distância na expansão do ensino superior

Elaborado pelos pesquisadores, o instrumento buscou avaliar aspectos como predileção por uma modalidade de ensino; importância da realização de aulas práticas presencialmente; principais barreiras e aceitação da EAD; qualidade dos cursos de ensino superior vigentes no Brasil; preços das mensalidades; predileção frente a modelos de cursos disponíveis; e expectativas para o ensino superior brasileiro.

2.4. Procedimentos da coleta de dados

A coleta de dados deu-se de forma on-line.

O convite para que os estudantes participassem da pesquisa foi enviado pela ABRAFI – Associação Brasileira das Faculdades a instituições de ensino superior a ela associadas.

O questionário foi elaborado no Google Forms® e seu link enviado aos gestores responsáveis em cada uma das IES para que repassassem aos participantes-alvo, ou seja, alunos regularmente matriculados em um de seus cursos de graduação, presencial ou à distância.

O processo buscou o equilíbrio no número de respondentes regularmente matriculados nas modalidades presencial e à distância. Assim, a aplicação do questionário foi interrompida quando esse equilíbrio foi atingido.

2.4.1. Aspectos éticos

Considerando que a presente pesquisa de opinião pública foi produzida com participantes não identificados, conforme estabelece a resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) [n.º 510](#), de 2016, em seu artigo 2º, com o propósito de descrever a valoração que o participante atribui ao objeto de consulta, ela não foi submetida à apreciação pelo Sistema CEP/Conep por estar dispensada.

2.5. Análise dos dados

A estatística descritiva foi computada por meio da quantidade de observações válidas (n) e foi calculado o percentual de ocorrência nas variáveis qualitativas.

A análise bivariada para variáveis qualitativas foi realizada por meio de teste Qui-quadrado corrigido, conforme o caso, ou com o teste Exato de Fisher, de acordo com a mínima frequência esperada. Também foi aplicado o teste Binomial nas comparações de grupos em cada nível das variáveis qualitativas independentes.

Todas as análises foram realizadas ao nível de significância estatística de 5%, por meio de testes bicaudais e com o uso dos softwares Jamovi²⁵ e R²⁶.



3. Resultados e Discussão

3.1. Diagnóstico dos entrevistados

Participaram da pesquisa 4.307 indivíduos; a síntese da caracterização sociodemográfica dos participantes está expressa na Tabela 1. Foram entrevistados residentes dos 26 estados da Federação e do Distrito Federal, sendo a maior parte dos respondentes dos estados de São Paulo (21%) e Pernambuco (15%).

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica dos participantes

	Contagens	% do Total	% acumulada
Gênero			
Feminino	3.149	73,1%	73,1%
Masculino	1.158	26,9%	100,0%
Idade			
Acima de 40 anos	1.170	27,2%	27,2%
Até 24 anos	1.274	29,6%	56,7%
Entre 24 a 30 anos	713	16,6%	73,3%
Entre 31 a 40 anos	1.150	26,7%	100,0%
Renda mensal domiciliar			
Até R\$ 2,9 mil	2.445	56,8%	56,8%
Entre R\$ 2,9 mil e R\$ 7,1 mil	1.313	30,5%	87,3%
Entre R\$ 7,1 mil e R\$ 22 mil	470	10,9%	98,2%
Superior a R\$ 22 mil	79	1,8%	100,0%
Trabalha atualmente			
Não	1.547	35,9%	35,9%
Sim	2.760	64,1%	100,0%
Estado civil			
Casado	1.597	37,1%	37,1%
Outro	445	10,3%	47,4%
Solteiro	2.265	52,6%	100,0%
Maioria da formação em escola			
Privada	1.073	24,9%	24,9%
Pública	3.234	75,1%	100,0%

Dos entrevistados, 64,1% trabalhavam no momento da pesquisa, 52,6% estavam solteiros e a maioria cursou a educação básica em escola pública (75,1%).

Do total de participantes, 5,3% responderam não estarem cursando graduação no momento da pesquisa o que, provavelmente, advém do fato de a pesquisa ter sido realizada no intervalo entre o primeiro e segundo semestres letivos e os alunos graduados, ou que não tenham renovado matrícula, considerarem-se como não matriculados, bem como ao repasse indevido do questionário.

Desta forma, as análises apresentadas a seguir levaram em consideração somente aqueles respondentes que se identificaram como efetivamente matriculados em um curso superior, ou seja, 4.081 indivíduos.

Tabela 2. Principais características observadas nos participantes considerados do presente estudo por modalidade cursada

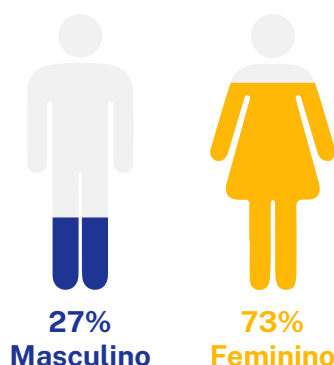
	EAD	PRESENCIAL
Gênero		
Masculino	27,51%	25,45%
Feminino	72,49%	74,55%
Estado civil		
Solteiro	44,51%	61,45%
Casado	44,41%	29,17%
Outro	11,08%	9,38%
Ensino Médio		
Público	84,28%	68,28%
Privado	15,72%	31,72%
Atividade Remunerada		
Sim	69,68%	56,69%
Não	30,32%	43,31%
Remuneração Domiciliar		
Até R\$ 2,9 mil	62,84%	53,72%
De 2,9 mil a 7,1 mil	28,59%	31,72%
De R\$ 7,1 mil a R\$ 22 mil	7,15%	12,58%
Maior R\$ 22 mil	1,43%	1,98%

Já considerando apenas os matriculados em curso superior, a pesquisa tem similaridade com panorama mapeado pelo Censo, como pode ser visto na Tabela 2, no tocante ao fato de a maioria das matrículas ser de mulheres, independentemente da modalidade. Em relação ao estado civil, há distribuição praticamente igual entre casados e solteiros na EAD, enquanto no presencial a maioria dos respondentes é solteiro.

Como era de se esperar, considerando que a pesquisa foi conduzida por IES privadas, a maior parte dos respondentes considerados, em ambas as modalidades, advém de ensino médio público (75,96%). Da mesma forma, a maioria exerce função remunerada - 69,68% na EAD e 56,69% no presencial -, comprovando que as vagas de IES privadas são majoritariamente ocupadas por alunos advindos de classes sociais que frequentaram o ensino médio público e que necessitam trabalhar e estudar ²⁷.

Em síntese, os resultados mostram a predominância do gênero feminino (Figura A), com idade até 24 anos (Figura B) e com renda mensal domiciliar de até R\$ 2,9 mil (Figura C).

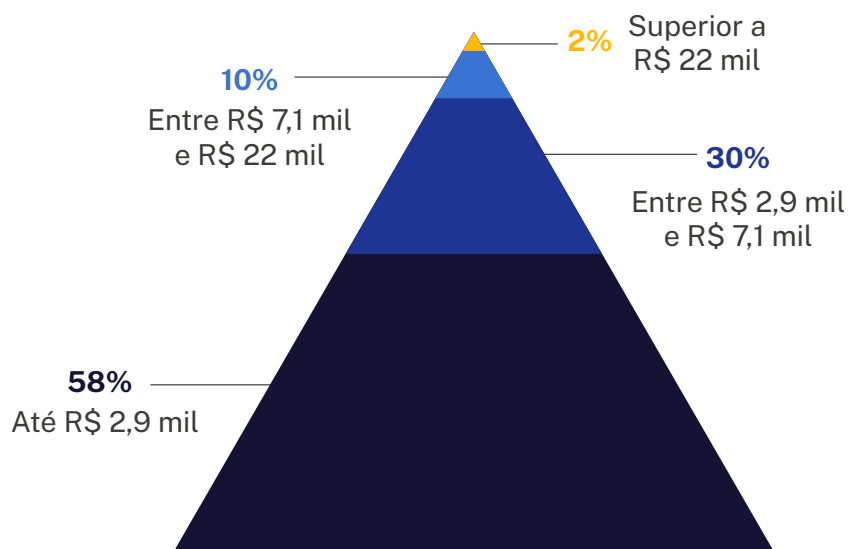
A GÊNERO



B FAIXA ETÁRIA



C RENDA MENSAL



Legenda: A = Gênero; B = Faixa etária; C = Renda mensal domiciliar.

A renda mensal domiciliar apresentou distribuição desigual entre os estados e por região, como pode ser visto na Figura 2.

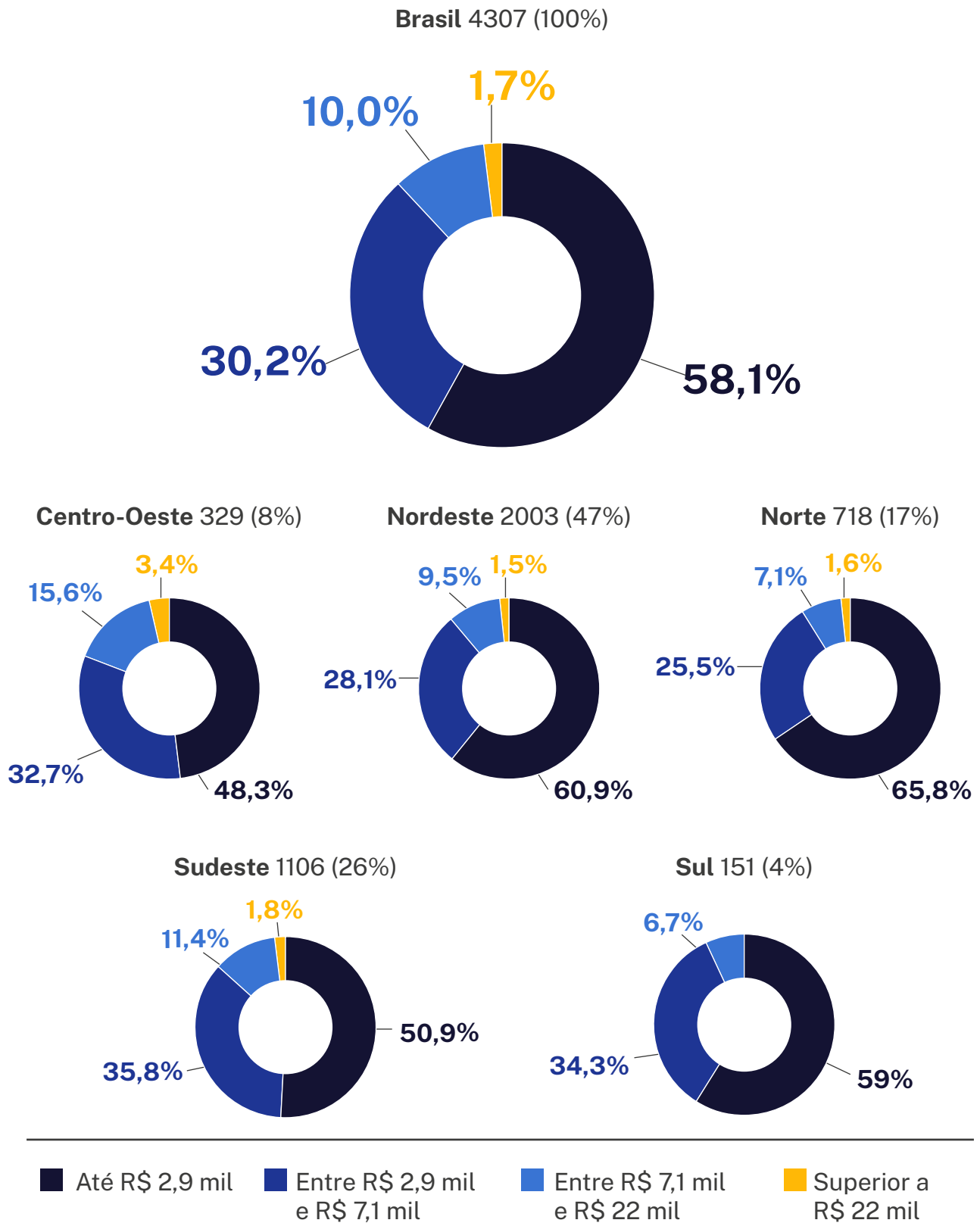
Em âmbito nacional, a maior parte dos entrevistados (58,10%) possui renda mensal domiciliar de até R\$ 2,9 mil, sendo que a parcela daqueles que vivem em lares com rendas entre R\$ 2,9 mil e R\$ 7,1 mil é de 30,21%. Somados, os que recebem renda mensal domiciliar de até R\$ 7,1 perfazem 88,31%. Apenas 11,7% dos entrevistados possuem renda superior a R\$ 7,1 mil, o que, por si só, justifica a busca por cursos superiores de menor ticket médio.

A região Norte apresentou a maior contribuição dos entrevistados com renda mensal domiciliar de até R\$ 2,9 mil (65,80%). Nesta região, podemos destacar o estado do Acre, onde todos os entrevistados estão nesta faixa de renda. Por outro lado, a região do Centro-Oeste teve a menor contribuição de entrevistados nesse patamar (48,29%) e também de pessoas com renda entre R\$ 7,1 mil e R\$ 22 mil (15,58%) e superior a R\$ 22 mil (3,43%).

Importante notar que, na extremidade inferior, de entrevistados que declararam menor renda, ou seja, até R\$ 2,9 mil, além do Acre, também se destacam os estados do Amazonas e Mato Grosso do Sul com 75% e 74,5%, respectivamente, de respondentes nessa condição.

Já na extremidade superior, com entrevistados que declararam receber acima de R\$ 7,1 mil, estão o Distrito Federal, Goiás e Santa Catarina, com 21%, 20% e 19%, respectivamente.

Figura 2. Caracterização sociodemográfica dos participantes considerados da pesquisa. Distribuição da renda mensal domiciliar por região do país.



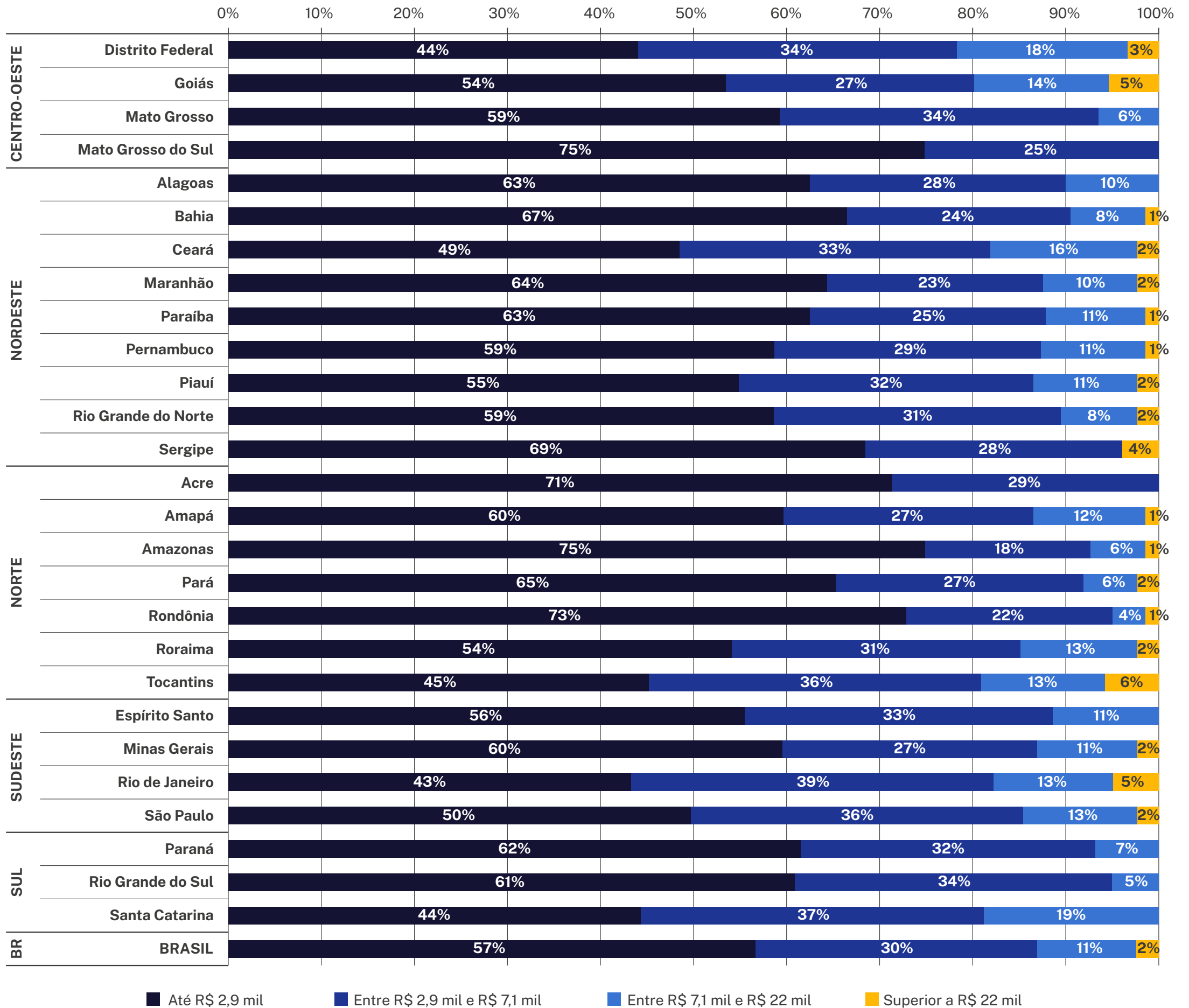


Tabela 3. Caracterização sociodemográfica dos respondentes considerados para a pesquisa

	Contagens	% do Total	% acumulada
Gênero			
Feminino	3.002	73,56 %	73,56 %
Masculino	1.079	26 %	100%
Idade			
Acima de 40 anos	1.067	26,15 %	26,15 %
Até 24 anos	1.246	30,53 %	56,68 %
Entre 24 a 30 anos	687	16,83 %	73,51 %
Entre 31 a 40 anos	1.081	26,49 %	100%
Renda mensal domiciliar			
Até R\$ 2,9 mil	2.371	58,10 %	58,10 %
Entre R\$ 2,9 mil e R\$ 7,1 mil	1.233	30,21 %	88,31 %
Entre R\$ 7,1 mil e R\$ 22 mil	407	9,97 %	98,28 %
Superior a R\$ 22 mil	70	1,72 %	100%
Trabalha atualmente			
Não	1.513	37,07 %	37,07 %
Sim	2.568	62,93 %	100%
Estado civil			
Casado	1.489	36,49 %	36,49 %
Outro	416	10,19 %	46,68 %
Solteiro	2.176	53,32 %	100%
Maioria da formação em escola			
Privada	981	24,04 %	24,04 %
Pública	3.100	75,96 %	100%

Na amostra considerada para a pesquisa, encontra-se a variação dos respondentes por região, nos termos da Tabela 4.

Tabela 4. Comparação dos matriculados por modalidade de ensino e região

Região	EAD	Presencial	Total
Centro-Oeste	238 ^a (74,1%)	83 ^b (25,9%)	321
Nordeste	803 ^a (42,8%)	1.072 ^b (57,2%)	1.875
Norte	351 ^a (50,6%)	342 ^a (49,4%)	693
Sudeste	441 ^a (41,7%)	617 ^b (58,3%)	1.058
Sul	126 ^a (94,0%)	8 ^b (6,0%)	134
Total	1.959	2.122	4.081

Letras diferentes, sobrescritas, ao longo da linha indicam subconjuntos de categorias cujas proporções das colunas se diferem significativamente entre as modalidades, ao nível 0,05 ($p < 0,001$).

Entre os entrevistados, a modalidade EAD é a mais procurada nas regiões Centro-Oeste e Sul, com a ressalva de que a região Sul teve o menor número de respondentes no presente estudo.

Por outro lado, a modalidade presencial foi a mais procurada nas regiões Nordeste e Sudeste, não sendo registrada diferença significativa na região Norte. Esses achados corroboram os dados divulgados pelo [Mapa do Ensino Superior 2023](#), realizado pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), que trouxe o Nordeste e o Sudeste como as regiões nas quais a modalidade presencial é mais procurada²⁸.

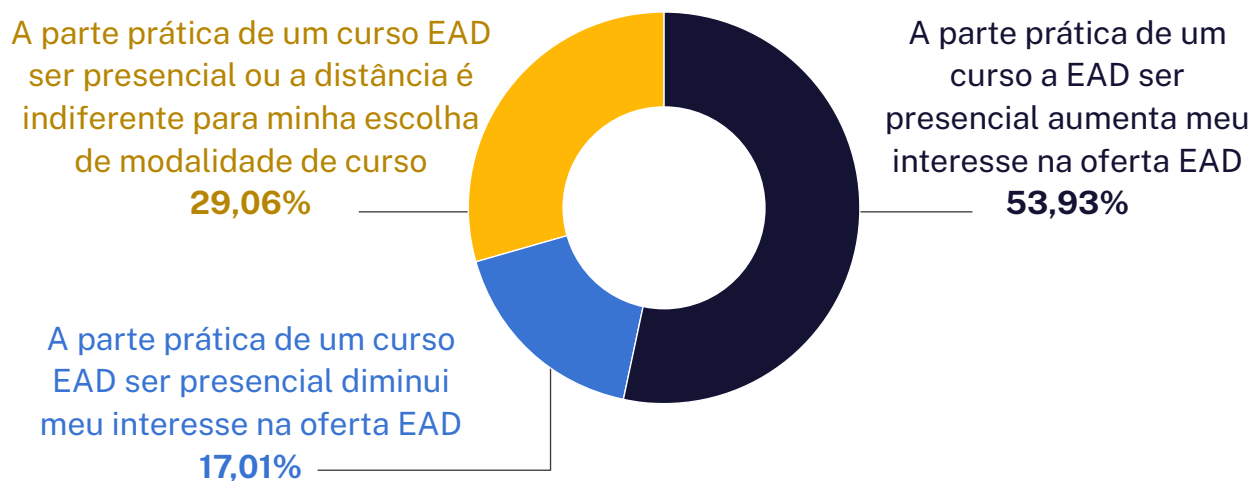
A prevalência das matrículas na educação à distância na região Sul pode, em parte, ser justificada pela tradição da oferta na região, que possui os mais antigos credenciamentos privados na modalidade e mantém, até os dias atuais, os maiores *players* da educação à distância do Brasil, conforme cadastro público do sistema e-MEC.

É importante também considerar que a soma de alunos regularmente matriculados nas regiões Nordeste e Sudeste, segundo dados do Censo 2022, do Inep/MEC, corresponde a 64,89% do total de estudantes matriculados no país.

Especificamente sobre a EAD, o resultado demonstra haver preferência por aulas práticas presenciais entre os alunos matriculados nesta modalidade. Entre os entrevistados, 53,93% afirmaram que a parte prática de um curso EAD ser presencial aumenta o seu interesse pela modalidade, enquanto 17,01% têm seu interesse reduzido. Para os 29,06% restantes, é indiferente a parte prática ser presencial ou não.

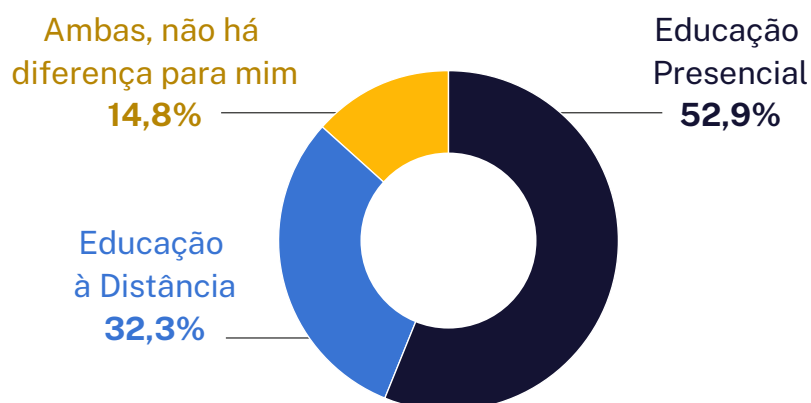
Figura 3. Preferência por aulas práticas presenciais na EAD

QUAL O SEU INTERESSE EM UM EAD AO SABER QUE A PARTE DA PRÁTICA SERÁ REALIZADA DE FORMA PRESENCIAL?



O questionamento relativo às atividades práticas presenciais também estava indiretamente presente em outra pergunta feita aos entrevistados. Após serem apresentados às vantagens do ensino presencial (*oportunidade de estar fisicamente e diariamente aprendendo junto com os colegas, numa sala de aula onde as discussões e a troca de informações entre alunos e professor são praticamente instantâneas*) e da EAD (*flexibilidade de horários bem maior, já que as aulas e as atividades podem ser realizadas em qualquer dia e horário, conforme a disponibilidade do aluno*), eles foram convidados a optar pela modalidade preferida (Figura 4).

Figura 4. Preferência em relação à modalidade de ensino



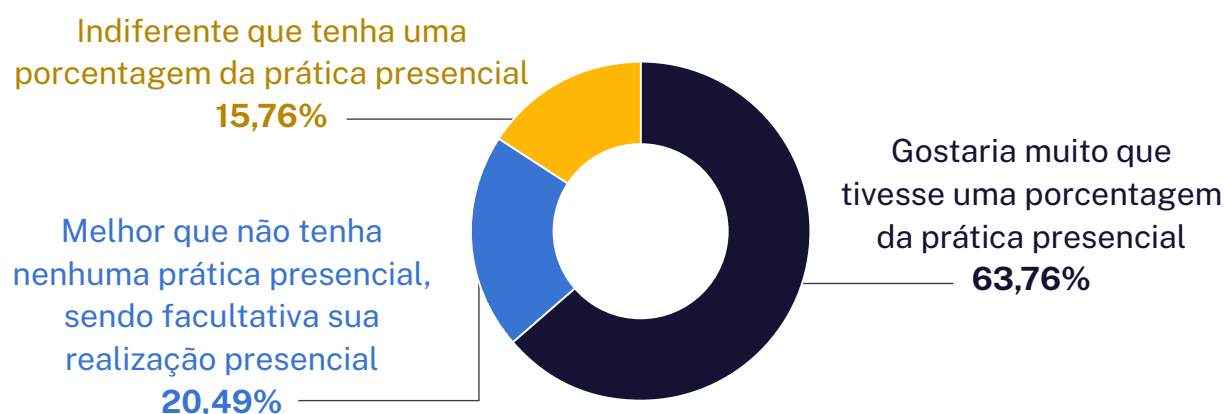
O conjunto de respostas demonstrou que 52,9% dos entrevistados preferem a modalidade presencial e 32,3% a modalidade EAD. Para os outros 14,8%, não há distinção. Essa diferença de 20,6% na preferência pela modalidade presencial é significativamente maior do que a variação entre os entrevistados que são alunos de cursos presenciais e de EAD (4%). Nesse sentido, verificou-se que há alunos matriculados em cursos à distância que preferem os cursos presenciais em virtude das vantagens listadas no questionário.

Outra perspectiva a se considerar é a socioeconômica. Cerca de 58,10% dos entrevistados validados para a pesquisa responderam ter renda mensal domiciliar de até R\$ 2,9 mil, ou seja, pertencentes às classes D e E. Entre estes, 48% estão matriculados na modalidade à distância, mas 51% optariam por um curso presencial se os valores da mensalidade fossem os mesmos. Outros 21,54% dizem que só fariam EAD se as práticas fossem presenciais e os valores da mensalidade iguais. Portanto, a opção pela modalidade à distância está diretamente ligada à capacidade financeira do aluno e pode estar sendo influenciada pelo empobrecimento da população brasileira, e não por uma questão de sedimentação da cultura para a modalidade à distância.

De forma a aprofundar a questão das práticas em outro indicador, questionou-se sobre as expectativas e os anseios em relação à modalidade EAD considerando a oferta da parte prática do curso. Entre os participantes, 63,76% gostariam muito que o curso tivesse uma porcentagem da parte prática presencial.

Figura 5. Expectativa e anseios considerando a forma de oferta de práticas

AO CONSIDERAR UM CURSO EAD COM A PARTE TEÓRICA REALIZADA 100% A DISTÂNCIA, MARQUE QUAL O SEU PERCENTUAL DE INTERESSE EM REALIZAR A PARTE PRÁTICA DE FORMA PRESENCIAL.



Os resultados mostrados na Figura 5 corroboram com os achados do indicador anterior e apresentados na Figura 3. Em ambos os questionamentos, foram evidenciados o interesse e a relevância de práticas presenciais em cursos EAD.

Há que se destacar que a preferência dos discentes está em consonância com as discussões recentes envolvendo o governo e especialistas que pretendem regulamentar cursos ofertados na modalidade à distância, em especial aqueles que possuem necessidade de desenvolvimento de habilidades por meio de práticas didáticas e profissionais. Para tanto, o governo federal, por meio do MEC, abriu, em 2023, uma consulta pública com o objetivo de coletar colaborações para a alteração da regulamentação da oferta de cursos de graduação à distância²⁹.

Tabela 5. Preferência por modalidade e região

Região	Preferência de Modalidade			Total
	Ambas, não há diferença para mim	Educação à Distância	Educação Presencial	
Centro-Oeste	49 ^{a,b} (15,3%)	143 ^b (44,5%)	129 ^a (40,2%)	321
Nordeste	283 ^a (15,1%)	514 ^b (27,4%)	1078 ^a (57,5%)	1875
Norte	110 ^a (15,9%)	221 ^a (31,9%)	362 ^a (52,2%)	693
Sudeste	138 ^a (13,0%)	356 ^a (33,6%)	564 ^a (53,3%)	1058
Sul	24 ^a (17,9%)	84 ^a (62,7%)	26 ^b (19,4%)	134
Total	604	1318	2159	4081

Letras diferentes, sobrescritas, ao longo da linha indicam subconjuntos de categorias cujas proporções das colunas se diferem significativamente entre as preferências de modalidades, ao nível 0,05 ($p < 0,001$).

Segundo a [Sinopse Estatística da Educação Superior 2022](#), publicada pelo Inep/MEC em 2023, o total de matrículas cresceu 5,1% de 2021 para 2022. Na modalidade EAD, elas aumentaram 16,5%. No cenário dos cursos presenciais, mais uma vez houve queda no número de matriculados (-2,99%).

Tais resultados podem, em parte, ser explicados pela conjuntura socioeconômica da população brasileira, norteadas por dois pontos: o primeiro deles, a opção por cursos cujas mensalidades sejam menores; o segundo em virtude de a educação à distância ter preponderado entre os anos de 2020 e 2021 devido às restrições impostas pela pandemia de covid-19³⁰.

Em outra pergunta que contempla a questão da presencialidade, os entrevistados responderam por qual modalidade optariam caso o curso EAD tivesse o mesmo valor e as mesmas condições de pagamento do curso presencial.

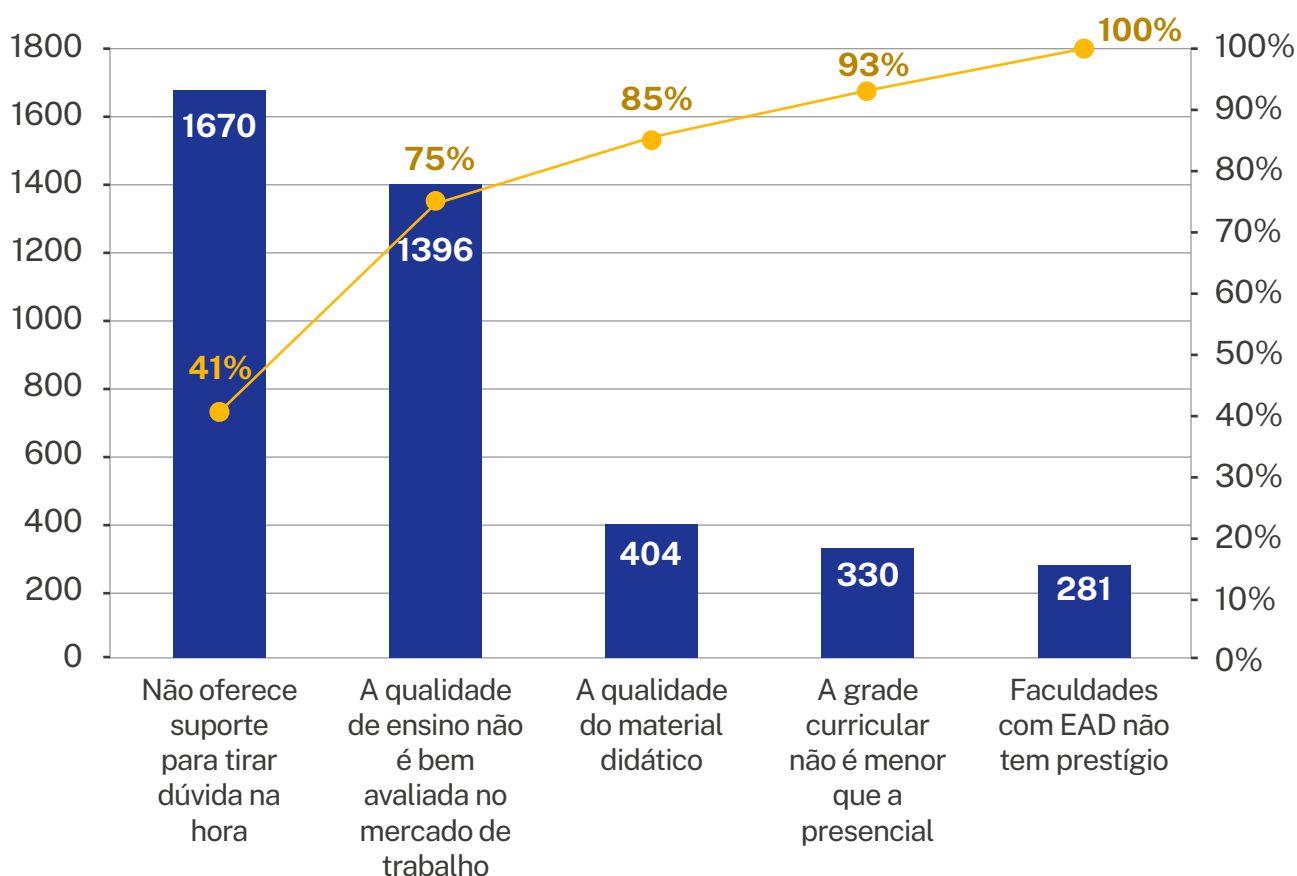
Nas respostas, 51% fariam opção pela modalidade presencial contra 21,54% que escolheriam a modalidade EAD desde que as atividades práticas fossem garantidas na modalidade presencial, ou seja, para 72,54% dos entrevistados, a presencialidade é um fator muito importante, mesmo que seja apenas nas atividades práticas. Somente 27,46% prefeririam a modalidade EAD, independentemente da inserção de práticas presenciais, caso a mensalidade tivesse o mesmo valor do curso presencial.

Esses dados sobre a presencialidade são deveras importantes e devem ser analisados pelos gestores de instituições e de cursos EAD. Talvez, visando a satisfação dos alunos, seja necessária uma análise sobre a possibilidade de se aumentar a carga horária de atividades práticas presenciais.

Considerando a qualidade na oferta dos cursos presenciais e à distância, chama a atenção que 40,92% dos entrevistados responderam como a principal desvantagem dos cursos EAD o fato de não oferecerem suporte para saneamento de dúvidas. Em outras palavras, o aluno da graduação à distância sente-se sozinho no ambiente virtual de aprendizagem, e esse fator pode estar sendo um dos vilões da evasão crescente na modalidade.

Outro fator que deveria ser considerado pelas instituições de ensino para o planejamento do modelo de EAD e de tutoria a serem utilizados está representado na Figura 6, a qual consolida os percentuais de respostas a perguntas que dizem respeito às desvantagens dos cursos à distância segundo o ponto de vista dos entrevistados.

Figura 6. Representação gráfica de diagrama de Pareto considerando as respostas dos entrevistados em relação às principais desvantagens dos cursos EAD



A partir da análise do diagrama de Pareto (Figura 6), é possível visualizar, de forma clara e ordenada, que o suporte para tirar dúvidas e a avaliação do mercado de trabalho em relação à qualidade dos cursos são os itens que mais significativamente representam desvantagens para a modalidade.

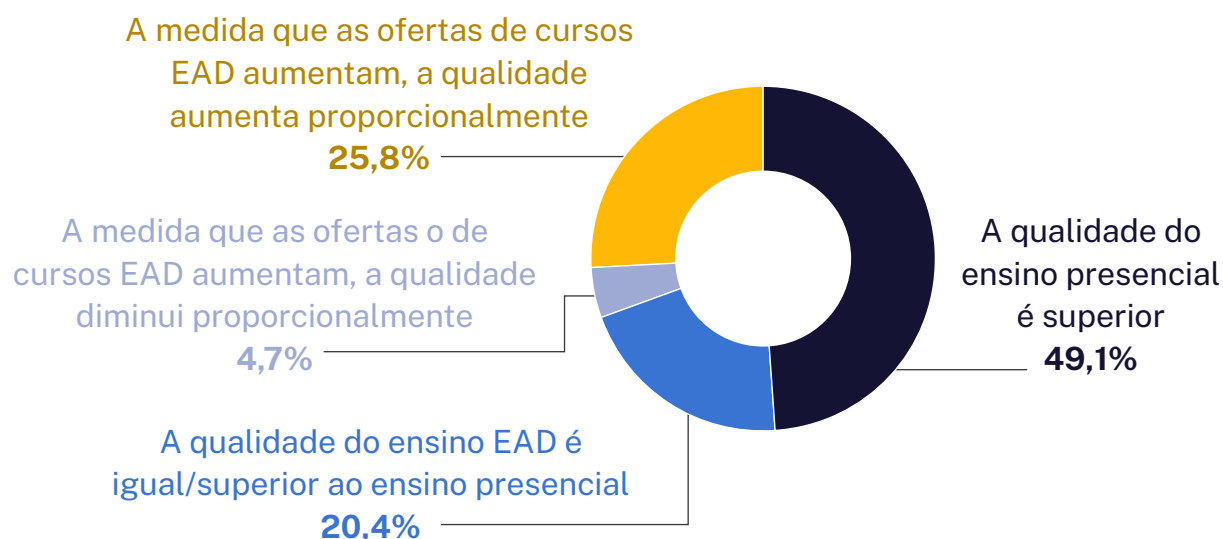
De fato, os dados divulgados pelo Inep relativos ao Censo 2022 apontam alguns fatores que corroboram a preocupação externalizada na presente pesquisa e têm impacto direto sobre os aspectos negativos acima mencionados. Na apresentação dos resultados

do Censo 2022, o Inep apontou (sem mencionar nomes) que foram identificadas instituições ofertantes de cursos à distância que informaram relação aproximada de alunos matriculados por docentes extremamente elevadas, situação que dificulta ou, até mesmo, inviabiliza o atendimento ao aluno. Como exemplo, destacaram uma IES com relação de 1 professor para 2.598 estudantes e outra com 1 professor para 1.337 alunos³¹.

Assim, gestores de instituições que tenham por objetivo se preparar para o enfrentamento das exigências do mercado educacional devem se apropriar de resultados como esses apresentados para diminuir a preocupação/insatisfação dos alunos no tocante ao suporte para o saneamento de dúvidas, por meio de ações que possam, por exemplo, corrigir as distorções no número de docentes e/ou tutores necessários para atender aos estudantes. Com isso, 41% do problema seria resolvido.

Em relação à qualidade do ensino, apenas 20,4% dos entrevistados consideram que a qualidade da EAD é igual ou superior à modalidade presencial (Figura 7).

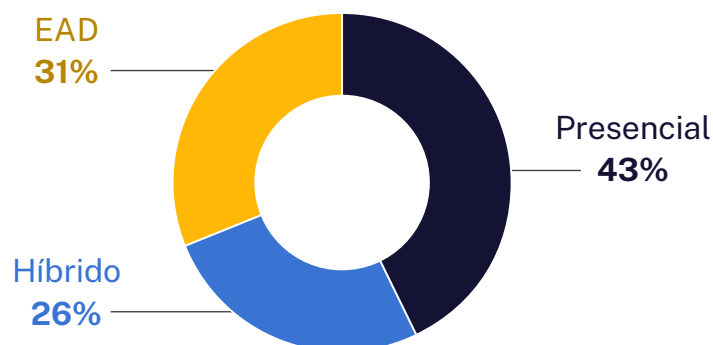
Figura 7. Representação gráfica das respostas em relação à qualidade das modalidades de ensino.



No indicador seguinte (Figura 8), tomando-se o cuidado de explicar ao aluno o conceito utilizado na pesquisa para a oferta em formato híbrido, foi perguntado: *Entre o modelo tradicional presencial, o modelo tradicional EAD e um modelo híbrido, que mescle as modalidades presencial e à distância, com equivalentes cargas horárias presenciais e à distância, qual seria a sua opção?* Cerca de 31% dos entrevistados responderam preferir a EAD ante 79% que prefeririam a presencialidade ou um modelo híbrido. Portanto, a maioria esmagadora ainda prefere que se tenha presencialidade, corroborando com os resultados de outros indicadores levantados na presente pesquisa.

Figura 8. Opção por modelo de ensino.

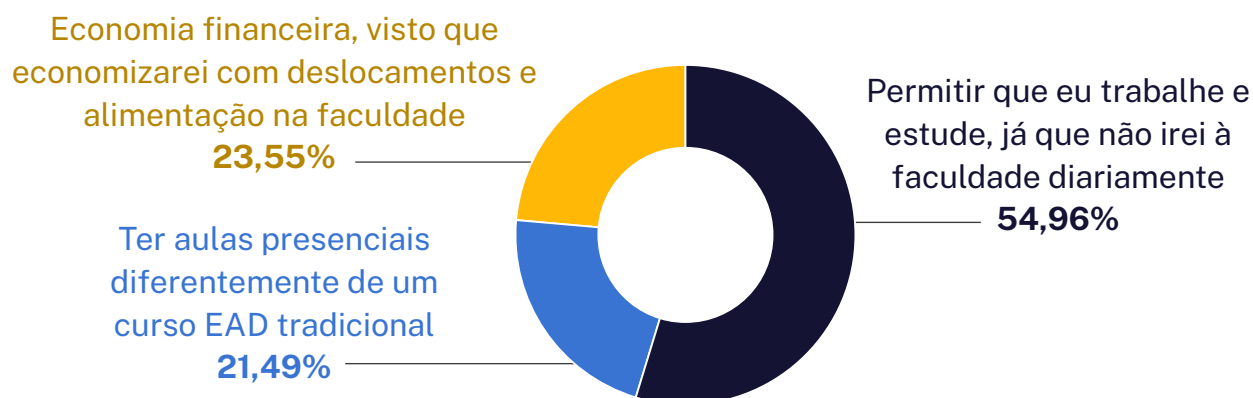
ENTRE O MODELO TRADICIONAL PRESENCIAL, O MODELO TRADICIONAL EAD E O MODELO HÍBRIDO, QUE MESCLA AS MODALIDADES PRESENCIAL E A DISTÂNCIA, COM EQUIVALENTES CARGAS HORÁRIAS PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA QUAL SERIA SUA OPÇÃO?



Entre aqueles que optaram pelo ensino híbrido, vê-se que o motivo que mais atrai para essa possibilidade é o fato de permitir a conciliação entre os estudos e o emprego, vez que as aulas presenciais podem não ocorrer todos os dias (Figura 9).

Figura 9. Representação gráfica das respostas em relação aos atributos de modelo híbrido de ensino

CONSIDERANDO APENAS A FLEXIBILIDADE DOS CURSOS HÍBRIDOS, QUAIS ATRIBUTOS VOCÊ CONSIDERA MAIS RELEVANTE E DECISÓRIO PARA ESCOLHA DESTE TIPO DE CURSO:



Mais uma vez, gestores de instituições de ensino superior podem se beneficiar de tais resultados caso queiram apostar em um modelo híbrido. Isso porque, evidenciou-se, pelas respostas trazidas na presente pesquisa, que a possibilidade de conciliação emprego-escola, com menor número de aulas presenciais (deixando vagos dias da semana), atrelada à economia financeira pelo menor número de deslocamentos até a IES, agrada mais de 78% dos respondentes.

Desta forma, a adoção de cronogramas que possibilitem que o aluno usufrua dos benefícios de ambas as modalidades poderia ser de grande atratividade para as instituições de educação superior.

3.2. Desafios da EAD no Ensino Superior

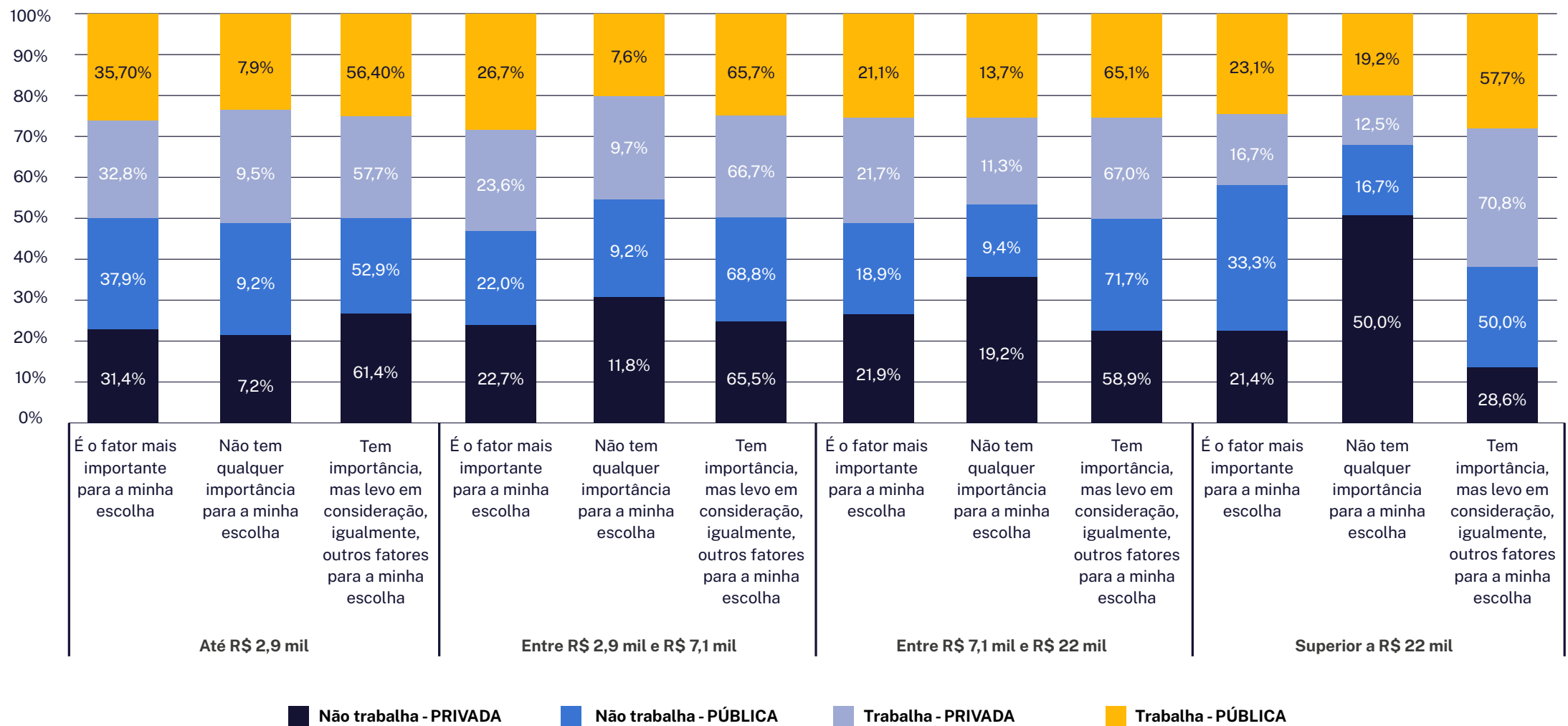
Apresenta-se, a seguir, uma análise conjunta dos dados, bem como os desafios e as perspectivas da modalidade EAD para a educação superior no Brasil.

Referente à escolha da modalidade (presencial ou EAD), nota-se que para pessoas que trabalham e possuem renda de até R\$ 2.900 mensais, oriundos de escolas públicas, grupo que perfaz 48,1% do total considerado de entrevistados, o valor da mensalidade do curso é um critério importante, mas não determinante, pois 56,40% desse grupo leva em consideração, também, outros fatores para a escolha da modalidade.

Já quando se isola participantes que trabalham e possuem renda de até R\$ 2.900 mensais, mas originários de escolas privadas, grupo que perfaz 10% do total considerado de entrevistados, o percentual daqueles que consideram outros fatores, além do preço da mensalidade, para a escolha da modalidade de ensino é ainda maior (57,7%).

Na faixa salarial entre R\$ 2.900 e R\$ 7.100, bem como para participantes com renda mensal entre R\$ 7.100 e R\$ 22.000, que trabalham, vindos de escolas públicas ou privadas, o cenário geral é o mesmo: sempre tem o preço da mensalidade como importante, mas levam em consideração, também, outros fatores para a escolha da modalidade. O único cenário que destoa desse entendimento é o das pessoas que possuem renda mensal superior a R\$ 22.000, não trabalham e são oriundas de escolas privadas. Para 50% desse grupo, o preço da mensalidade não tem qualquer importância (Figura 10).

Figura 10. Associação entre a modalidade de ensino (presencial e EAD) considerando o valor da mensalidade e a renda mensal familiar

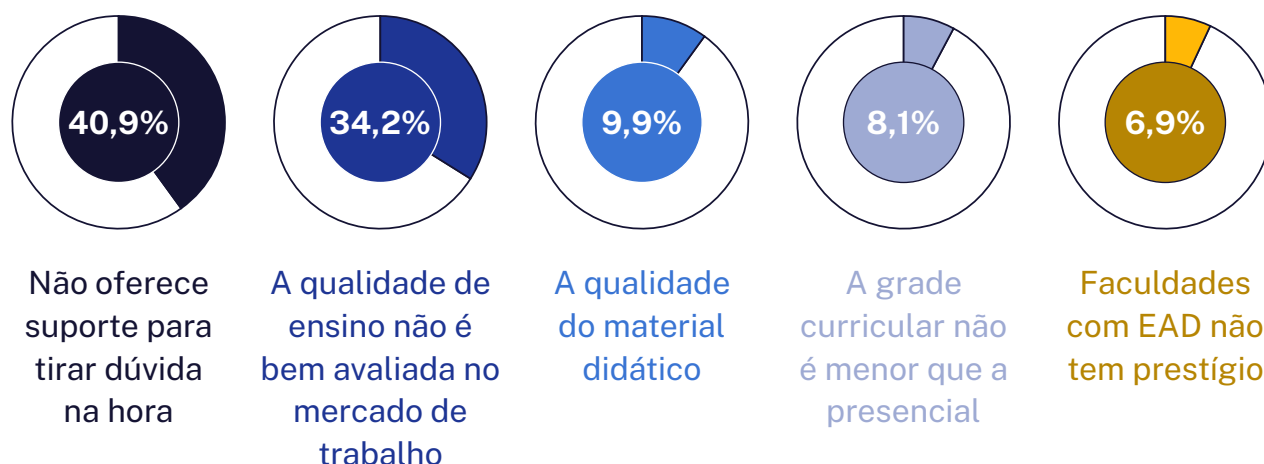


A Figura 10 deixa claro que, isoladamente, o preço da mensalidade não é o fator mais importante para a escolha da modalidade. Em geral, ele é associado a outros fatores para a tomada de decisão.

Já no que se refere às principais desvantagens dos cursos EAD, cujas respostas estão representadas na Figura 11, a pesquisa revelou que a ausência de suporte para tirar dúvidas na hora da aula e a qualidade do ensino não ser bem avaliada no mercado de trabalho são os fatores mais desvantajosos (com 75% das respostas).

A pesquisa trouxe, ainda, a qualidade do material didático, a grade curricular reduzida e a ausência de prestígio das faculdades EAD como itens que também causam preocupação por gerarem prejuízos aos discentes (25% das respostas).

Figura 11. Principais desvantagens dos cursos ofertados na modalidade EAD

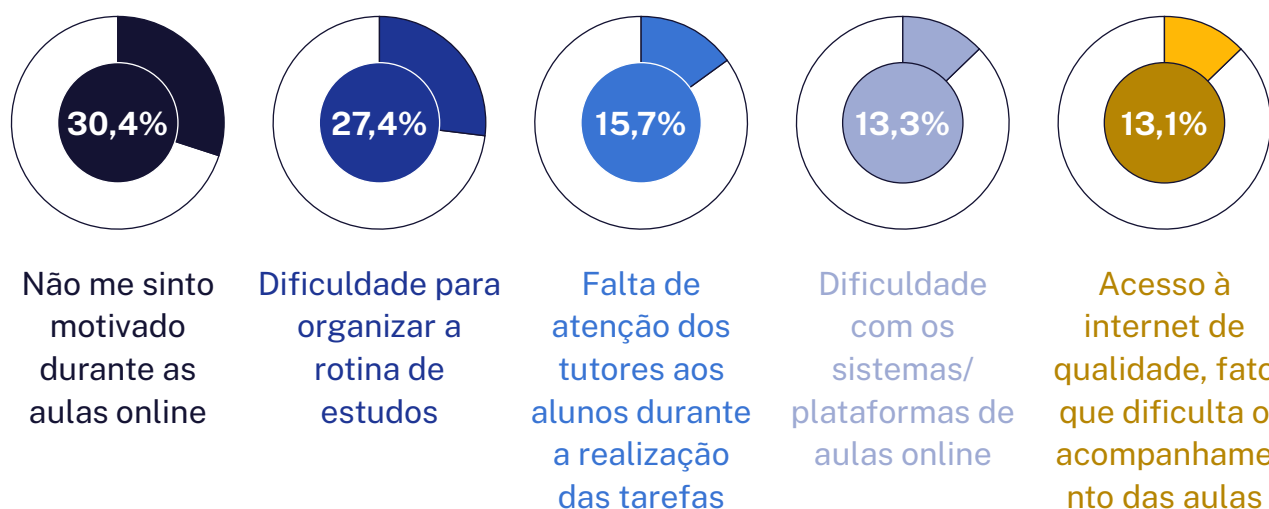


Tais dados explicam, em parte, as elevadas taxas de evasão verificadas na modalidade⁸, vez que o aluno sem suporte ou com suporte insuficiente tende a ter maiores dificuldades, progredir mais lentamente e, em casos mais graves, desistir.

Quanto às principais dificuldades encontradas pelos alunos para a realização dos cursos EAD (Figura 12), a falta motivação durante as aulas foi destaque, seguida da dificuldade de organização da rotina de estudos. A falta de atenção aos alunos durante a realização das tarefas, dificuldades na operacionalização das plataformas e ausência de acesso à internet de qualidade foram também mencionados como fatores dificultantes.

Figura 12. Principais dificuldades observadas pelos alunos em cursos ofertados na modalidade EAD.

PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA REALIZAÇÃO DOS CURSOS EAD



De fato, especialistas já afirmaram que o ensino presencial apresenta como vantagens a diminuição das distrações e a menor necessidade de autodisciplina²². Isso, aliado à presença do docente e do aluno no mesmo lugar e tempo, elimina ou diminui os prejuízos das dificuldades com a tutoria e com os sistemas, plataformas e internet.

3.3 Perfil do Discente de EAD

Quanto à caracterização dos estudantes matriculados em cursos ofertados na modalidade EAD, há predominância de mulheres, com idades entre 31 e 40 anos, oriundas de escolas públicas, com renda mensal domiciliar de até R\$ 2.900 e que trabalham (Figuras 13 a 17).

Figura 13: Quanto ao gênero

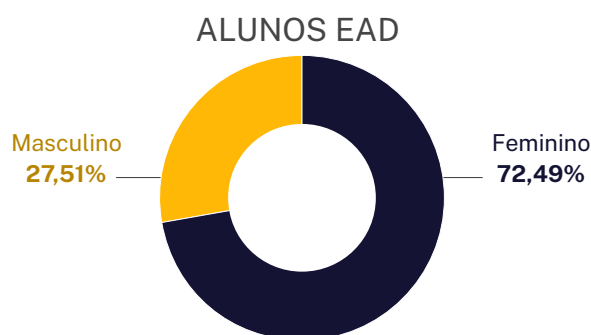


Figura 14: Quanto à idade

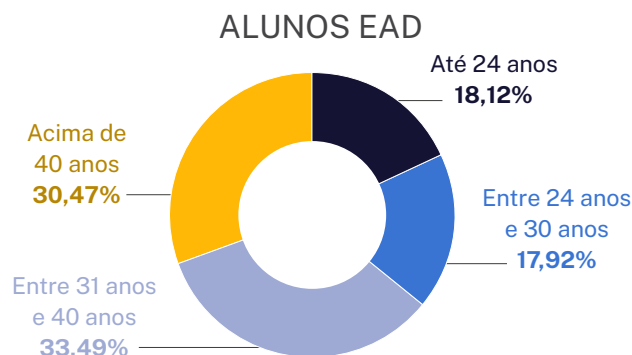


Figura 15: Instituição no ensino médio

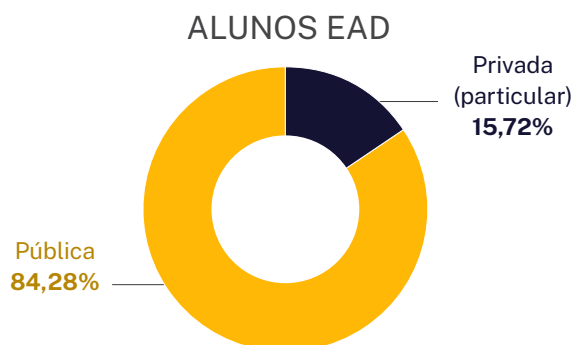


Figura 16: Quanto à renda

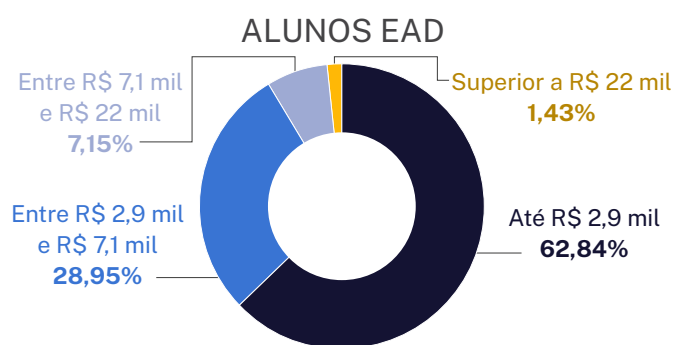
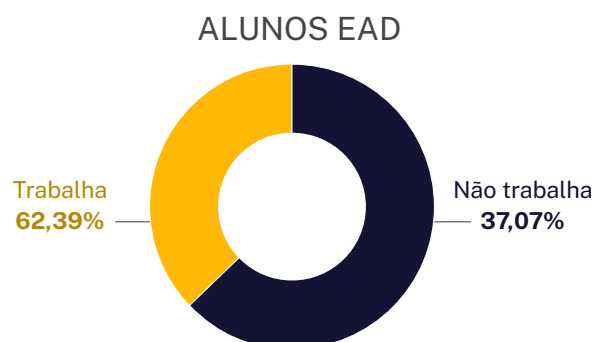


Figura 17: Quanto à ocupação



A caracterização do grupo que predomina os assentos do ensino à distância é de grande importância para os gestores de IES na medida em que a modelagem da oferta pode, a

partir disso, ter um encaminhamento mais assertivo.

Destacam-se três resultados nesse recorte: 1) o fato de mais de 70% do alunado da EAD ser de mulheres; 2) a situação de mais de 80% dos discentes da educação à distância advir de escolas públicas; e 3) a condição de mais de 60% desse grupo ser de trabalhadores.

Ainda é importante destacar o fato de que a faixa etária predominante dos alunos matriculados na EAD é a que fica entre os 31 e 40 anos, representando 33,49% dos matriculados. Essa faixa etária é a de indivíduos da geração denominada por alguns autores como Millenials. Esta geração, entre as muitas qualidades destacadas pelos especialistas, apresenta como característica a impaciência³². Nesse cenário, ofertas de EAD com longos períodos de espera para uma resposta da tutoria, por exemplo, podem estar experimentando um altíssimo índice de insatisfação dos matriculados e, em hipótese agravada, um alto volume de evasão.

3.4 Tendências e sugestões futuras para o ensino superior

Sem a pretensão de se fazer futurologia ou previsões apocalípticas, é fato que o ensino superior necessita de uma reformulação profunda, que parece perpassar por transformações significativas nos modelos de gestão atuais com a finalidade de garantir ao estudante uma experiência motivadora e significativa.

Tais mudanças podem ser impulsionadas, entre outros, pela utilização de novas tecnologias a serviço do aprendizado, avanços em tecnologias já utilizadas, mudanças nas demandas do mercado de trabalho e evoluções nas práticas pedagógicas.

Dessa forma, a partir de diversos estudos e análises, é possível sugerir e delinear estratégias para o futuro do ensino superior que, provavelmente, abrangerão (ou deveriam abranger) um ou mais dos seguintes itens:


- **Regulamentação de um modelo que permita a adoção de modalidade híbrida no ensino superior:** combinar atividades realizadas à distância com atividades presenciais, sem as delimitações percentuais, mas com garantia de cumprimento tanto das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos quanto das atividades práticas de ensino presenciais (aluno e professor interagindo no mesmo ambiente físico) previstas nos projetos dos cursos, visando oferecer uma experiência educacional mais rica.
- **Experiência do discente:** buscar proporcionar ao estudante uma experiência agradável e efetiva do ponto de vista do seu desenvolvimento profissional e humano; implementar estratégias visando a manutenção da motivação dos discentes (seja em aulas presenciais, seja em virtuais); acompanhar e auxiliar o estudante na organiza-

ção da rotina de estudos; garantir o atendimento ao discente em suas necessidades, em especial no saneamento de dúvidas.

- **Adaptative and lifelong learning:** dotar os sistemas e metodologias de ensino de ferramentas que permitam que os percursos formativos, atendendo às necessidades da formação profissional, sejam adaptáveis aos anseios dos estudantes e garantam uma experiência dentro da universidade que o cativo o suficiente para que ele entenda que o aprendizado não é estanque e deve ser contínuo e para toda a vida.
- **Uso de tecnologias emergentes:** proporcionar uma experiência educacional mais conectada com a realidade do dia a dia do estudante também no ambiente educacional, tais como uso de inteligência artificial e realidade ampliada/virtual.
- **Reforço e valorização do desenvolvimento de habilidades por meio de práticas:** aprimorar e valorizar o desenvolvimento de práticas didáticas e profissionais presenciais e/ou mediadas por tecnologia (a depender das possibilidades tecnológicas e legais), visando não só a melhoria da formação do futuro profissional, mas também atendendo a anseios dos próprios alunos.
- **Avaliação formativa e competências cognitivas:** proporcionar ao estudante, de fato, o reconhecimento tanto das competências e habilidades profissionais desenvolvidas quanto das competências cognitivas de forma que se possa atuar nas necessidades, propulsionando a aprendizagem de forma significativa.
- **Sustentabilidade e responsabilidade social:** desenvolver e disseminar conhecimentos que contribuam para a preservação do meio ambiente e para a construção de uma sociedade mais sustentável a longo prazo.
- **Investimentos em infraestrutura de tecnologia de informação (TI):** oferecer infraestrutura de TI e suporte adequados para os estudantes de EAD, especialmente aqueles de áreas remotas ou com infraestrutura precária. As IES devem, ainda, investir em plataformas e sistemas para fomentar o suporte ao aluno em tempo real, durante a aula, para que dúvidas sejam sanadas pelo docente/tutor, garantido aporte e interação.
- **Investimentos em infraestrutura de atendimento:** ampliar os canais de atendimento ao aluno, possibilitando suporte mais próximo não só para as necessidades acadêmicas, mas, também, para as necessidades de ambientação e adaptação às tecnologias envolvidas no processo de ensino-aprendizagem, fomentando a utilização de todo o ferramental disponível para que as potencialidades do acadêmico não fiquem limitadas às suas dificuldades tecnológicas.

4. Conclusões





O presente estudo sobre a percepção dos alunos da educação superior possibilita a coleta de *insights* valiosos sobre a evolução, desafios e potencialidades desse nível educacional no país.

Por meio da análise dos dados do Censo Superior do Inep e dos resultados obtidos na pesquisa aqui apresentada, observou-se que, apesar da EAD desempenhar um papel importante na democratização do acesso ao ensino superior, oferecendo flexibilidade, diversidade de cursos e outras vantagens, enfrenta, de um lado, desafios inerentes aos discentes, tais como a necessidade de autodisciplina, o isolamento social, a dependência de tecnologia muitas vezes inacessível e a necessidade de conectividade e, de outro, desafios também para os gestores educacionais na medida em que impõe necessidades adicionais para a garantia do engajamento dos estudantes e consequente queda no volume de evasão, execução das atividades, atendimento à legislação atual e outros

Os resultados da presente pesquisa aclaram que a modalidade de ensino à distância não possui rejeição por parte dos discentes. No entanto, explícita, de forma indubitável, que estes mesmos alunos criticam diretamente a gestão dos cursos à distância e a forma como estes têm sido ofertados por muitas IES.

A possibilidade de oferta de modelos híbridos, a execução de atividades práticas (em especial as presenciais), a incorporação de tecnologias emergentes (como inteligência artificial e realidade ampliada/virtual) despontam como promissoras para o futuro da EAD no ensino superior do Brasil, na medida em que permitirão experiências educacionais mais efetivas, ricas e interativas.

Para continuar sua evolução e atender às necessidades e/ou anseios dos alunos, é essencial que os gestores de IES e de cursos EAD se debruçam sobre questões relativas à qualidade da oferta e do ensino, bem como de investimentos em infraestrutura física e tecnológica à disposição e acessível para a formação profissional do discente.

De forma geral, a pesquisa ressalta a importância de se acompanhar as tendências e de adaptar as estratégias educacionais para um cenário de ensino superior dinâmico, em constante evolução e com alunos cada vez mais ávidos por experiências efetivas e promissoras.



5. Referências Bibliográficas

1. ARQUIVO NACIONAL. Academia Real Militar. (On-line), Brasília, DF: Publicado: Sexta, 04 de Novembro de 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2HP3vqq>>. Acesso em: 21 jan. 2024.
2. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: [notas_estatisticas_censo_escolar_2022.pdf](#) (inep.gov.br) Acesso em 21 de janeiro de 2024
3. DURHAM, Eunice Ribeiro et al. O ensino superior no Brasil: público e privado. 2003.
4. BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
5. BRASIL. Resolução CNE/CEB 2/2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial . MEC: Brasília -DF, 2007. BRASIL.
6. BRASIL. Resolução CNE/CEB 4/2009 -Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, Bacharelados, na Modalidade Presencial. MEC: Brasília -DF, 2007. BRASIL.
7. BRASIL. Ministério da Educação. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília: Junho, 20016.
8. CHANAN-SILVA, P. C. A evolução da educação superior no Brasil. Louveira, SP: Pearson, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 jan. 2024.
9. BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. MEC: Brasília -DF, 2017. BRASIL.

10. SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro. São Paulo, NUPES, Documento de Trabalho, v. 8, p. 91, 1991.
11. DE FIGUEIREDO, Erika Suruagy A. Reforma do Ensino Superior no Brasil: um olhar a partir da história. Revista UFG, v. 7, n. 2, 2005.
12. BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004.
13. BRASIL. Portaria Portaria 2253/2001, de 18 de outubro de 2001. MEC: Brasília - DF, 2001. BRASIL.
14. UEUDISON, et al. EAD E ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: POLÍTICAS PÚBLICAS E USO DE TICS. RECIMA21, v. 4, ed.6, p. 3-8, 2023.
15. FERNANDES, Stéfani Martins; HENN, Leonardo Guedes; KIST, Liane Batistela. O ensino a distância no Brasil: alguns apontamentos. Research, Society and Development, v. 9, n. 1, p. e21911551-e21911551, 2020.
16. BRENNAND, Edna G.; BRENNAND, Eládio de Góes. Inovações tecnológicas e a expansão do ensino superior no Brasil. 2012.
17. ARRUDA, Eucídio P. A., ARRUDA, E. P. D., EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL: POLÍTICAS PÚBLICAS E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR. Educação em Revista: Belo Horizonte, p. 321-, 2015
18. Ragusa A, Caggiano V, Trigueros Ramos R, González-Bernal JJ, Gentil-Gutiérrez A, Bastos SAMC, González-Santos J, Santamaría-Peláez M. High Education and University Teaching and Learning Processes: Soft Skills. Int J Environ Res Public Health. 2022 Aug 27;19(17):10699. doi: 10.3390/ijerph191710699. PMID: 36078415; PMCID: PMC9518473.
19. HASMANN, Francislene; FIDALGO, Betânia, Capítulo IV - Modelos pedagógicos criativos e inovadores como saberes e fazeres na educação superior . In: Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior: Criatividade e inovação na construção da educação superior pós-pandemia. -ano 33, n. 45 (Abril 2022). -Brasília: ABMES Editora, 2022. p. 95-136.
20. NEVES, C.E.B. DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan./jun. 2007, p. 14-21.
21. Picinini Lengler, L., Gonçalves, A. C., & Silva de Souza, D. (2022). ANÁLISE DO MERCADO DE ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL E OFERTA DE FERRAMENTAS DE ACES-SIBILIDADE. RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218, 3(11), e3112170. <https://doi.org/10.47820/recima21.v3i11.2170>



SHN, Quadra 01, Bl. F, Entrada "A", Conj. "A",
Ed. Vision Work & Life, 6º andar sala 603

Brasília - DF CEP: 70.701-060

secretariaexecutiva@abrafi.org.br



Praça Tereza Cristina, 88 - Centro,

Guarulhos - SP, 07023-070

Tel.: 0800 281 9996

